



# CÂMARA MUNICIPAL DE BONFINÓPOLIS DE MINAS

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL DE  
BONFINÓPOLIS DE MINAS – MG.



|  |              |    |       |         |
|--|--------------|----|-------|---------|
| Publicado no quadro de avisos da Câmara em | 07 / 04 / 20 | às | 12:18 | horas e |
| registrado em livro próprio às folhas      | 35           |    |       |         |
| Sob nº                                     | 120/2020     |    |       |         |
| Servidor Responsável                       |              |    |       |         |

PARECER DE REDAÇÃO FINAL, DA  
COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA E DE  
REDAÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL DE  
BONFINÓPOLIS DE MINAS – MG, SOBRE O  
**PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 02/2019**, DE AUTORIA  
DOS VEREADORES, CÉLIA PEREIRA DE MORAIS,  
ROBSON JOSÉ PEREIRA DA CRUZ E JOSÉ  
GERALDO CARDOSO, QUE ***“Despesa Pública com  
Alimentação, Eventos institucionais e Serviços  
Extraordinários.”***<sup>1</sup>

## 1 – RELATÓRIO.

Trata-se do **Projeto de Resolução nº 02/2019**, de iniciativa dos  
Vereadores Reginaldo Palma Bezerra, José Geraldo Cardoso, Célia Pereira de  
Morais, Robson José Pereira da Cruz, e que ***“Despesa Pública com  
Alimentação, Eventos institucionais e Serviços Extraordinários.”***<sup>2</sup>

A tramitação do presente Projeto obedeceu aos ditames regimentais,  
tendo sido devidamente apreciado pelas Comissões competentes, tendo  
recebido parecer favorável das mesmas e sendo devidamente aprovado em  
plenário.

Vem agora o projeto a esta Comissão, a fim de que, segundo a técnica  
legislativa, seja dada à matéria a forma adequada.

<sup>1</sup> Epígrafe do Projeto de Resolução 02/2019 – com grifo nosso.

<sup>2</sup> Epígrafe do Projeto de Resolução 02/2019 – com destaques.



## CÂMARA MUNICIPAL DE BONFINÓPOLIS DE MINAS

É o relatório.

### 2 – VOTO.

Após a leitura do Projeto de Resolução em pauta, é notório que o mesmo obedece aos ditames da Lei Complementar nº 95/98, portanto o mesmo não merece reparos quanto a técnica legislativa.

### 3 – PARECER.

Por todo o exposto, opinamos por se dar à proposição a redação final a seguir redigida, que está de acordo com o aprovado.

Bonfinópolis de Minas – MG, 03 de julho de 2020.

  
VEREADOR ZEZINHO DESPACHANTE

RELATOR DA COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO DA CÂMARA  
MUNICIPAL DE BONFINÓPOLIS DE MINAS – MG.

|   |  |
|---|--|
|    | CÂMARA MUNICIPAL DE BONFINÓPOLIS<br>DE MINAS - MG<br>SECRETARIA DAS COMISSÕES<br><b>DESPACHO</b> |
| Aprovado (X) Rejeitado ( ) o voto do relator<br>em único turno por 02 votos favoráveis (→)<br>votos contrários e (→) abstenções.<br>Sala de Comissões <u>06/07/20</u> |  |
| <br>PRESIDENTE DA COMISSÃO   |  |

|  |  |
|--|--|
|   | CÂMARA MUNICIPAL DE BONFINÓPOLIS<br>DE MINAS - MG<br>SECRETARIA DAS COMISSÕES<br><b>DESPACHO</b> |
| Dou por concluso nesta comissão nos termos do Art.<br>105. XX, da Resolução 136, de 03/01/2007 o presente<br>processo legislativo, Subam os autos à Mesa Diretora.<br>Sala das Comissões <u>06/07/20</u> |  |
| <br>PRESIDENTE DA COMISSÃO   |  |



**Regulamenta Despesa Pública com Alimentação, Eventos institucionais e Serviços Extraordinários.**

A Câmara Municipal de Bonfinópolis de Minas, Estado de Minas Gerais, por meio de seus representantes legais, aprovam a seguinte Resolução Legislativa.

**Art. 1º.** As despesas de cerimonial e eventos efetuados pelo Poder Legislativo Municipal, observará os princípios que regem a Administração Pública, a coerência e a economicidade e ainda os requisitos definidos por esta Resolução Legislativa.

**§ 1º.** No âmbito do Poder Legislativo Municipal os eventos institucionais são conceituados como acontecimento eventual que reúne agentes públicos e membros da sociedade em geral, para apresentar, discutir ou decidir assuntos de interesse público afetos às atividades próprias, típicas e finalísticas da Câmara;

**§ 2º.** Para efeitos desta Resolução Legislativa são considerados eventos institucionais as sessões ou audiências públicas, cursos, treinamentos e capacitações de servidores, reuniões de trabalho, palestras, workshops, seminários, fóruns, simpósios, jornadas, homenagens, recepções a autoridades públicas ou similares;

**Art. 2º.** É permitido ao Poder Legislativo Municipal custear despesas com buffets, coffee breaks, pequenos lanches e bebidas não alcoólicas para suprimento de eventos institucionais eventuais, desde que estes acontecimentos sejam compatíveis com as atividades finalísticas da Câmara e que os gastos sejam realizados de forma moderada, traduzida no uso racional do dinheiro público.

**Art. 3º.** Somente é permitido o custeio de despesas com buffets, coffee breaks, pequenos lanches e bebidas não alcoólicas para a alimentação de agentes públicos que atuam em reuniões, sessões legislativas ou eventos, quando tais gastos servirem ao atendimento de situações extraordinárias e especiais devidamente comprovadas, incluindo a necessidade de prolongamento inadiável dos trabalhos das reuniões ou sessões, observada a moderação dos valores despendidos.

**Art. 6º.** São legítimas as despesas custeadas pela Câmara Municipal na contratação de buffets, coffee breaks, lanches e refeições para atendimento à coquetéis, solenidades ou recepções a autoridades públicas, desde que tais eventos se vinculem e sejam compatíveis com os objetivos institucionais e finalísticos do Poder Legislativo e que os gastos sejam realizados de forma moderada, traduzida no uso racional do dinheiro público.



## CÂMARA MUNICIPAL DE BONFINÓPOLIS DE MINAS

§ 1º. Não é possível o fornecimento de refeições a agentes públicos durante o exercício de suas atividades rotineiras.



§ 2º. A contratação para o fornecimento de buffets, coffee breaks, lanches e refeições, nas hipóteses previstas nesta Resolução Legislativa, deverá evidenciar de forma justificada o interesse público, de sua vinculação aos objetivos finalísticos do Poder Legislativo e da moderação dos valores despendidos, observando os ditames das leis que regem as licitações públicas, os princípios constitucionais da moralidade, impessoalidade, legalidade, publicidade, razoabilidade, economicidade, proporcionalidade e a existência de dotação orçamentária própria e de disponibilidade financeira.

§ 3º. As justificativas e os documentos que comprovam a necessidade da realização das despesas, constarão dos autos do respectivo processo de aquisição.

**Art. 7º.** A prestação de contas da realização de eventos institucionais deve ser suportada por documentos adicionais à nota fiscal que ajudem a comprovar a efetiva realização do respectivo evento e o atendimento ao interesse público primário, a exemplo de matérias jornalísticas ou publicitárias que se refiram ao evento realizado e de listas de presença dos participantes.

**Art. 8º.** Compete a Presidência da Mesa Diretora autorizar o custeio de fornecimento de buffets, coffee breaks, lanches e refeições, nas hipóteses previstas nesta Resolução Legislativa, mesmo que seja arcado com recursos de particulares no âmbito da Câmara.

**Art. 9º.** Responderão pelos prejuízos que causarem ao Erário Municipal o ordenador de despesas e o responsável quer der causa ao dano ou desviar a finalidade pública dos bens do Município.

**Art. 10.** O disposto nesta Resolução Legislativa poderá ser normatizado por Instrução Normativa expedida pela Secretaria de Controle Interno da Câmara Municipal, sem exceder seus efeitos.

**Art. 11.** Esta Resolução Legislativa entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara de Bonfinópolis de Minas - MG, 07 de julho de 2020.

**Reginaldo Palma**  
Vereador Presidente

|  |                 |
|--|-----------------|
| Publicado no quadro de avisos da Câmara em |                 |
| ___/___/___                                | às ___ horas, e |
| registrado em livro próprio às folhas ___  |                 |
| Sob o nº _____                             |                 |
| Servidor Responsável                       |                 |



**RESOLUÇÃO LEGISLATIVA nº 156, de 06 de julho 2020.**

**Regulamenta Despesa Pública com  
Alimentação, Eventos institucionais  
e Serviços Extraordinários.**

**O presidente da Câmara Municipal de Bonfinópolis de Minas.**

Faz saber que a Câmara Municipal decreta e ele, promulga a seguinte Resolução

**Art. 1º.** As despesas de cerimonial e eventos efetuados pelo Poder Legislativo Municipal, observará os princípios que regem a Administração Pública, a coerência e a economicidade e ainda os requisitos definidos por esta Resolução Legislativa.

**§ 1º.** No âmbito do Poder Legislativo Municipal os eventos institucionais são conceituados como acontecimento eventual que reúne agentes públicos e membros da sociedade em geral, para apresentar, discutir ou decidir assuntos de interesse público afetos às atividades próprias, típicas e finalísticas da Câmara;

**§ 2º.** Para efeitos desta Resolução Legislativa são considerados eventos institucionais as sessões ou audiências públicas, cursos, treinamentos e capacitações de servidores, reuniões de trabalho, palestras, workshops, seminários, fóruns, simpósios, jornadas, homenagens, recepções a autoridades públicas ou similares;

**Art. 2º.** É permitido ao Poder Legislativo Municipal custear despesas com buffets, coffee breaks, pequenos lanches e bebidas não alcoólicas para suprimimento de eventos institucionais eventuais, desde que estes acontecimentos sejam compatíveis com as atividades finalísticas da Câmara e que os gastos sejam realizados de forma moderada, traduzida no uso racional do dinheiro público.

**Art. 3º.** Somente é permitido o custeio de despesas com buffets, coffee breaks, pequenos lanches e bebidas não alcoólicas para a alimentação de agentes públicos que atuam em reuniões, sessões legislativas ou eventos, quando tais gastos servirem ao atendimento de situações extraordinárias e especiais devidamente comprovadas, incluindo a necessidade de prolongamento inadiável dos trabalhos das reuniões ou sessões, observada a moderação dos valores despendidos.

**Art. 6º.** São legítimas as despesas custeadas pela Câmara Municipal na contratação de buffets, coffee breaks, lanches e refeições para atendimento à coquetéis, solenidades ou recepções a autoridades públicas, desde que tais eventos se vinculem e sejam compatíveis com os objetivos institucionais e finalísticos do Poder Legislativo e que os gastos sejam realizados de forma moderada, traduzida no uso racional do dinheiro público.



CÂMARA MUNICIPAL DE  
**BONFINÓPOLIS DE MINAS**  
ESTADO DE MINAS GERAIS

FOLHA

**§ 1º.** Não é possível o fornecimento de refeições a agentes públicos durante o exercício de suas atividades rotineiras.

**§ 2º.** A contratação para o fornecimento de buffets, coffee breaks, lanches e refeições, nas hipóteses previstas nesta Resolução Legislativa, deverá evidenciar de forma justificada o interesse público, de sua vinculação aos objetivos finalísticos do Poder Legislativo e da moderação dos valores despendidos, observando os ditames das leis que regem as licitações públicas, os princípios constitucionais da moralidade, impessoalidade, legalidade, publicidade, razoabilidade, economicidade, proporcionalidade e a existência de dotação orçamentária própria e de disponibilidade financeira.

**§ 3º.** As justificativas e os documentos que comprovam a necessidade da realização das despesas, constarão dos autos do respectivo processo de aquisição.

**Art. 7º.** A prestação de contas da realização de eventos institucionais deve ser suportada por documentos adicionais à nota fiscal que ajudem a comprovar a efetiva realização do respectivo evento e o atendimento ao interesse público primário, a exemplo de matérias jornalísticas ou publicitárias que se refiram ao evento realizado e de listas de presença dos participantes.

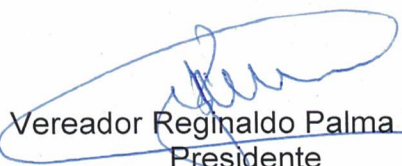
**Art. 8º.** Compete a Presidência da Mesa Diretora autorizar o custeio de fornecimento de buffets, coffee breaks, lanches e refeições, nas hipóteses previstas nesta Resolução Legislativa, mesmo que seja arcado com recursos de particulares no âmbito da Câmara.


**Art. 9º.** Responderão pelos prejuízos que causarem ao Erário Municipal o ordenador de despesas e o responsável quer der causa ao dano ou desviar a finalidade pública dos bens do Município.

**Art. 10.** O disposto nesta Resolução Legislativa poderá ser normatizado por Instrução Normativa expedida pela Secretaria de Controle Interno da Câmara Municipal, sem exceder seus efeitos.

**Art. 11.** Esta Resolução Legislativa entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara de Bonfinópolis de Minas - MG, 06 de julho de 2020.

  
Vereador Reginaldo Palma Bezerra  
Presidente

|   |                 |
|---|-----------------|
| Publicado no quadro de avisos da Câmara   |                 |
| 07/20   | às 12:19 horas, |
| registrado em livro próprio às folhas 35  |                 |
| Sob o nº 121/2020   |                 |
|  |                 |
| Servidor Responsável  |                 |